

RESUMO

O texto, na sua essência, é uma leitura crítica, a partir das contribuições teóricas de Anwar Shaikh, das proposições oriundas da Teoria Monetária Moderna, enquanto desdobramento pós keynesiano, em particular, pelo desprezo à existência de conflitos entre o capital e o trabalho, na crença de que os trabalhadores sejam passivos na construção de acordos, e ainda por desconsiderar a tese de Marx sobre o papel do exército de reserva na formação dos preços e lucratividade do capital.

ABSTRACT

The text, in its essence, is a critical reading, based on the theoretical contributions of Anwar Shaikh, on the propositions arising from the Modern Monetary Theory, as a post Keynesian development, in particular, due to the contempt for the existence of conflicts between capital and labor, in the belief that workers are passive in the construction of agreements, and also in disregarding Marx's thesis about the role of the reserve army in the formation of prices and profitability of capital.

Keyword: Teoria monetária moderna, Estado, Moeda, Déficit público, moeda fiduciária

A Teoria Monetária Moderna(TMM), em última instância, é um desdobramento pós-keynesiano, e que enxerga o Estado como sábio e benevolente, dotado do poder de imprimir dinheiro – moeda fiduciária – se se considera a meta de pleno de emprego e controle da inflação.

Para a ‘TMM’ a moeda é uma criatura do Estado, e que, portanto, deixa de ser uma criatura do mercado, ainda que na perspectiva de Marx é no mercado que o adiantamento do dinheiro se objetiva como momento de inserção da força-de-trabalho enquanto mercadoria.

A ‘TMM’ enxerga o Estado como sábio e benevolente, com poder pleno de emissão de dinheiro, condição crucial para ativar os instrumentos de política econômica no sentido da promoção do pleno emprego e trato da inflação.

Para além do poder de emissão de moeda fiduciária, alguns dos pensadores da ‘TMM’ advogam a tese de que o Estado seja um empreendedor em última instância, portanto, soberano na capacidade de promover e garantir o pleno emprego, em especial, diante de uma conjuntura de desaceleração do crescimento.

Portanto, para a ‘TMM’ é central a tese de que o financiamento governamental “funcional” na gestão do orçamento, mais do que a necessidade do equilíbrio, se objetive como uma agenda de política fiscal centrada na meta do pleno emprego e controle da inflação.

Na perspectiva da ‘TMM’, a crença no pleno emprego e controle da inflação, a recomendação é de que a benevolência do Governo – empreendedor em última

instância – a prática de déficits orçamentários não gere “crowding-out” em relação ao investimento produtivo do setor privado, além do que, para o mesmo, ainda se faz crucial, na perspectiva da política monetária, a prática de baixas taxas de juros enquanto condição crucial para o capital.

Entre os pós-keynesianos, por exemplo, o magnífico Minsky se encanta com a tese de empreendedor em última instância, porque aparece como uma confortável saída em relação a meta do pleno emprego e manutenção do mínimo de bem estar social, mesmo os pós-keynesianos discordem do pleno emprego no capitalismo.

Nesta direção, em última instância, para os defensores da ‘TMM’ a prática de ampliação do déficit público responde a uma conjuntura de retração econômica, se valendo do recurso de expansão da demanda agregada, e de outro modo, o déficit menor no orçamento, ou então de superávit, se associa à conjuntura de alta performance econômica e de inflação elevada.

A questão crucial está na viabilização financeira do Estado como empregador de última instância, e que para Wray (1998), o argumento está na apropriação do conceito de finanças funcionais de Lerner(1943), porque, teoricamente explica a eliminação do limite de gastar até alcançar o pleno emprego, se se considera que a moeda por ser uma criatura do Estado, garante a este, o total poder de emitir e pagar dívidas.

A partir de proposições construídas por Davidson (1978), o corpo de conhecimento da ‘TMM’ advoga para o Estado o poder de definir uma unidade de conta, referência para a efetivação de contratos com o setor privado, assim como a definição do que exercerá a função de moeda (moeda fiduciária).

Neste contexto, o pano de fundo é a criação de condições objetivas para que os ativos, contabilizados nesta unidade de conta, apresentem o menor grau de incerteza e maior liquidez, dada a crença de que o Governo tem capacidade, ilimitada, para honrar os contratos firmados.

A unidade de conta criada pelo Governo e aceita pela sociedade, neste sentido, significa para a ‘TMM’ que a moeda emitida – moeda fiduciária - pelo Estado é o que importa, porque é o requisito essencial que empodera o governo no ato de criar dívida.

Aceito, na ‘TMM’, o conceito de moeda como dívida e dado a condição da moeda fiduciária como determinante da unidade de conta, o Governo é soberano no poder de tributar e gastar, dada a meta – empreender em última instância – de pleno emprego e controle da inflação.

Nesta perspectiva é verdadeira a assertiva de que para os pensadores da ‘TMM’, o caminho interessante é pensar a tese das “finanças funcionais”, precisamente porque justifica o manuseio dos instrumentos de política fiscal no sentido do ajuste da demanda efetiva em direção ao pleno emprego.

Por outro lado, Shaikh, ainda que adepto de proposições keynesianas, caminha para a construção de uma teoria monetária crítica a ‘TMM’, pelo(por):

01.)descaso da 'TMM' em relação aos efeitos da rentabilidade sobre o crescimento econômico, o emprego e a inflação;

02.)desprezo à existência de conflitos entre o capital e o trabalho, na crença de que os trabalhadores sejam passivos na construção de acordos;

03.)levar em conta somente o mark-up na formação e definição dos preços; e

04.)descaso à tese de Marx sobre o papel do exército de reserva (mão-de-obra) na formação dos preços e a lucratividade para o capital

A proposição da Teoria Monetária de Shaikh é de que na economia capitalista, a inflação, além da demanda agregada, também é determinada pela oferta agregada, reagindo de forma positiva e/ou negativa aos comportamentos de fatores como o poder e compra, a rentabilidade líquida(taxa de lucro menos taxa de juros) e participação do investimento no lucro.

Isto posto, Shaikh, em sua teoria monetária, argumenta que a inflação, sob o signo da moeda fiduciária, responde:

1.)positivamente à injeção líquida de poder de compra, porque favorável à expansão da demanda agregada e de maneira mais intensa, caso a oferta real não acompanhe o aumento do poder de compra quando a taxa de lucro estar em queda;

2.)negativamente à rentabilidade líquida, quando a taxa de lucro está crescendo, e a oferta real responde à pressão do mercado, enfraquecendo a inflação;

3.)positivamente à participação de investimento no lucro, em particular, porque quando o investimento estiver muito próximo da lucratividade, em particular, no patamar máximo, ocorre o travamento da economia e compromete a resposta da oferta real.

Enfim, no meio do fogo cruzado, parece razoável o registro de que:

01.).Shaikh, ainda que alinhado à restrição da oferta agregada da agenda neoclássica, discorda da 'TMM' ao seguir o mainstream no desprezo ao desemprego involuntário na economia capitalista;

02.).Para Shaikh, a tese do Estado sábio e benevolente da 'TMM' não enxerga o conflito de classes na economia capitalista e crer na condição de passividade do trabalhador;

03.).Shaikh discorda dos pensadores da 'TMM' em relação à crença do trabalho como a restrição(única) crucial ao crescimento econômico;

04.)Para Shaikh, a negação do exército de reserva pela 'TMM' fragiliza a tese do pleno emprego, condição improvável na economia capitalista; e

05.)contrariando os pensadores da 'TMM', Shaikh entende que os limites impostos pela taxa de lucro se originam tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta,

porque não abre mão da tese de que a oferta é limitada pela lucratividade e pela taxa de utilização do crescimento;

Por outro lado, se os pensadores da 'TMM' se inspiram nos heterodoxos, então a moeda não deve ser vista como uma criatura do Estado, em particular, porque em Marx, o dinheiro se expressa como uma relação social.

Neste sentido, ao não levar em conta a teoria do valor de Marx, condição explícita no conceito de que a moeda é uma criatura do Estado, os pensadores da 'TMM' deixam de lado o argumento de que o dinheiro é "...a manifestação por excelência do valor...", portanto de manifestação do capital, e neste sentido, efetivamente é partir do dinheiro que as classes sociais se inserem no processo de criação da riqueza econômica em uma formação social capitalista.

Significa dizer que nesse processo, a mercadoria, necessariamente tem que se objetivar como um não valor-de-uso para o seu proprietário, condição crucial para sua realização como valor-de-troca manifesta por meio do dinheiro, porque em Marx "...o dinheiro é um dispositivo de organização social em sociedades mercantis...".

Portanto, a transformação da força-de-trabalho em mercadoria, é que faz ser possível a sua venda como capital variável, momento exato de inserção social do trabalhador na criação da riqueza, dado que o dinheiro enquanto relação social garante ao trabalhador o acesso ao conjunto dos meios materiais para sua subsistência e reprodução familiar.

Enfim, como diz Heinrich, "...a economia real é necessariamente monetária e a teoria do valor não é antes, senão uma teoria monetária do valor...2004, pp.63-64), assim como a partir do argumento de MILIOS, se pode afirmar que "...sendo uma teoria monetária do valor, a teoria do valor de Marx, é, ao mesmo tempo, uma teoria monetária do capital..."(2009, pp.266.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01.VILELLA, Caio. Revisando a Teoria Moderna do Dinheiro e suas implicações para Países emergentes. Texto para Discussão, Programa de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, caio.vilella@ufrj.br. in Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: caio.vilella@ufrj.br

https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao4.Mesas31_40/Mesa38/382.pdf

02.JOHNSON, Nick. Teoria Monetária Moderna e inflação: crítica de Anwar Shaikh. in *The Political Economy of Development*, Londres, 2021.

03.PARANÁ, Edemilson & MOLLO, Maria de L. R. Dinheiro como relação social: uma leitura do poder monetário do Estado na MMT. in Revista Economia e Sociedade, Campinas, Vol.30. No. 01(71), pp.15-38. Jan/Abr/2021.

04.JOHNSON, Nick. A teoria clássica de inflação de Anwar Shaikh. in <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2019/04/teoria-clc3a1ssica-de-inflac3a7c3a3o-de-anwar-shaikh.pdf>, acesso 25.06.2021.

05.SHAIKH, Anwar. Fundamentos para una macroeconomía alternativa, Capítulo 1. "La explicación de la inflación el desempleo: una alternativa a la teoría económica neoliberal".

1. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA/UFPA, professor efetivo da UNIFESSP, coordenador do Laboratório de Inflação e Custa de Vida de Marabá e membro da equipe do LACAM/UNIFESSPA/FACE com foco a elaboração da Matriz Insumo Produto do Pará com recorte regional do Sul e Sudeste. Membro da equipe que criou o Curso de Economia na Unifesspa.